

CORREIO ECONÔMICO

Valor de meta fiscal 'derrete', mas dívida preocupa mercado

Enquanto a 1ª desperta maior desconfiança, a 2ª bate 78,5% do PIB

Por Marcello Sigwalt

Quase não é tudo. A expressão, embora óbvia, força a compreensão quanto à perspectiva de o governo federal, a despeito de, ao menos, se aproximar do limite inferior da meta de resultado primário deste ano (déficit de R\$ 28,8 bilhões) este ano, relegar a segundo plano a estabilização da trajetória da dívida bruta.

Tal fato tem despertado, tanto temores, quanto desconfianças crescentes do mercado quanto à permanência do risco fiscal na gestão econômica. Trocando em miúdos: a despeito da 'quimera' tecnocrata, de 'perseguir' a estabilização da trajetória da dívida bruta no curto prazo, esta já totalizou R\$ 8,826 bilhões (78,5% do PIB) em julho último (último dado disponível), o que torna irrelevante o verborrágico discurso oficial, em torno da meta primária, uma vez se consolida a percepção, entre analistas, a percepção de que as despesas continuarão, por tempo inde-



Ibre FGV

Objetivo federal de atingir meta fiscal perde para o crescimento 'explosivo' da dívida

terminado, excluídas do resultado primário.

Prova disso, na contramão do que prega o último relatório bimestral do Orçamento – que previu um déficit de R\$ 28,3 bilhões este ano, que estaria 'em linha' com o piso da meta – o rombo estimado

para 2024 já atinge R\$ 68,8 bilhões, cifra que inclui as despesas federais para auxílio à calamidade climática gaúcha, de combate às queimadas e aquelas com precatórios, deixados de fora no cômputo da meta fiscal.

Fazendo 'coro' ao consenso

geral, a diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srouf, comenta:

"Não vou dizer que a meta perdeu completamente importância, mas ela sai enfraquecida com essas despesas fora do seu escopo".

Estabilidade requer superávits seguidos

Nesse contexto, Solange aponta que o resultado primário, como um todo, é que influencia a trajetória da dívida bruta, uma vez que são necessários superávits recorrentes para que se obtenha estabilidade no endividamento. Como pressuposto para que tal estabilização se concretize, a diretora da UBS condiciona o que chamou de 'medidas estruturais de controle de gastos'. "Se só contarmos com redução de fraude e pente-

-fino, não vamos conseguir".

Solange vai mais longe em sua análise, acrescentando que 'as indicações são de que a disparidade entre o resultado primário 'carimbado' com meta e aquele efetivo deve continuar nos próximos anos, a exemplo do ceticismo do mercado em relação ao cumprimento do acordo entre Planalto e Supremo, no sentido de adiar, para depois de 2027, a inclusão de todas as despesas com precató-

rios na meta fiscal.

Sem considerar as despesas excluídas da conta primária, o que preocupa o economista do Itaú Unibanco, Pedro Schneider, são políticas públicas propostas fora do Orçamento, como o reforço eleitoral ao programa assistencialista batizado de 'Auxílio Gás'.

Como atestado do 'enfraquecimento' das regras fiscais brasileiras, Schneider lembra que experiências anteriores

mostram um caminho disruptivo. "Em vez de mudar a regra fiscal inteira, os governos vão e mudam o que entra na contabilização da regra". Lançando mão da chamada "estatística paralela", o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos observa que o governo, para atingir o piso da meta, inclui, como efeito positivo extraordinário os R\$ 8,6 bilhões esquecidos em contas bancárias e outras instituições. (M.S.)

Senacon abre processo contra a Enel

'Xerife' do Executivo, em matéria de interesse público, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) anunciou a abertura de processo administrativo para que sejam investigados 'fatos' e 'provas' exibidas pela distribuidora Enel, no que toca ao impacto da falta de energia na região metropolitana de São Paulo, que deixou às escuras, 3 milhões de paulistanos, atingidos por uma tempestade de chuvas e ventos de até 107 quilômetros por hora. A intenção do órgão do Ministério da Justiça é no sentido de medir a eficácia dos 'canais de comunicação' da companhia, para equacionar o problema.

A decisão da secretaria ocorre após esta notificar a distribuidora por duas vezes seguidas, no prazo de uma semana. Após cinco dias, o órgão recebeu respostas incompletas, no que se refere à falta de energia, os canais de atendimento dis-



Paulo Pinto - Agência Brasil

Notificação da Senacon eleva pressão contra a Enel

poníveis e os planos emergenciais para restabelecer o fornecimento de eletricidade, o que consolidaria um 'diagnóstico completo' do evento.

Como a ocorrência do apagão é recorrente, a Senacon quer saber da Enel a respeito da adoção de medidas preventivas,

como plano de contingência e o plano de reparação aos consumidores afetados pelos apagões do ano passado. Já em relação a 2024, as demandas do órgão se referem à manutenção da rede, a poda de árvores e possíveis falhas na prestação do serviço.

Em nota, o titular da Se-

nacon, Wadih Damous, frisou que destacou que "eventos climáticos extremos, embora desafiadores, não podem servir como justificativa para a falta de planejamento e resposta adequada de empresas concessionárias".

Elevando a temperatura de 'indignação' do Planalto com o problema, seu mandatário-mor reagiu: "Temos árvores que podiam ser podadas e não foram. Era o mínimo que prefeito deveria fazer". A exemplo do auxílio prestado aos atingidos pela tragédia no Rio Grande do Sul, o chefe do Executivo avaliou que a população paulista afetada teria direito a um programa de crédito similar.

O mandatário estimou em 850 mil pessoas o contingente de afetados com a falta de energia elétrica em seus domicílios. "Temos 250 mil comerciantes que têm direito ao Pronampe", concluiu. (M.S.)

MEI com dívida pode perder o Simples

Mais de 1,8 milhão de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) de todo o País correm o risco de exclusão do Simples Nacional por inadimplência. Juntos, eles devem R\$ 26,7 milhões, segundo a Receita Federal.

Dos mais de 1,8 milhão, 1.121.419 são MEIs, e outros 754.915 são ME ou EPP. Eles são apontados como os maiores

devedores, segundo a Receita, e não a totalidade daqueles que possuem débitos com os órgãos federais.

Se não acertarem as contas com o Fisco antes do dia 1.º de janeiro de 2025, os inadimplentes serão excluídos do Simples. Se for MEI, será, automaticamente desqualificado do Simples Nacional do Microempendedor Individual (Simei) também a partir do primeiro dia do ano que vem.

Regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos por MEIs e empresas de pequeno porte, pelo Simples, as empresas unificam o pagamento, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e municipais, como o Imposto Sobre Serviços (ISS), e a contribuição patronal para Previdência.

Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro, foi dispo-

nibilizado no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI (DTE-SN) o aviso de que a empresa pode ser excluída e quais são as suas pendências com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Após consultar se há notificação, o empreendedor deve acessar o portal do Simples ou ainda o portal e-CAC da Receita Federal, ambos acessáveis pelo portal gov.



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Sistema instantâneo de pagamentos ganha restrições

Banco Central adota regras mais rígidas para o Pix

Ante à sucessão recorde de vazamentos de dados, sobretudo neste ano, o Banco Central (BC) decidiu adotar regras mais rígidas para o Pix, visando garantir a segurança das transações e impedir fraudes.

A partir de 1º de novembro, transferências superiores a R\$ 200 só poderão ser feitas, por meio de telefone ou computador previamente ca-

dastrados pelo cliente da instituição financeira. Aos dispositivos não cadastrados, o limite diário passará a ser de R\$ 1 mil.

O BC explica a exigência de cadastro se aplica apenas aos celulares e computadores não utilizados para fazer o Pix. Já aqueles que usam a ferramenta, as novas restrições não valem. O Pix Automático será lançado em 16 de junho de 2025.

Tecnologias

Caberão às instituições financeiras o aperfeiçoamento das tecnologias de segurança, inserir soluções de gerenciamento de fraude, visando identificar transações Pix atípicas ou 'incompatíveis' com o perfil do cliente e informações de segurança alocadas no BC.

Amplio acesso

Além de especificar aos clientes, em canal eletrônico de amplo acesso, quais seriam os cuidados preventivos às fraudes, as instituições financeiras terão de verificar, a cada seis meses, se os clientes têm marcações de fraudes nos sistemas do da autoridade monetária.



Wilson Melo - Agência Petrobras

Majores empresas nacionais se unem pela energia limpa

Petrobras e Vale assinam acordo pela descarbonização

Mediante a previsão de oportunidades de negócios em baixo carbono, como o diesel coprocessado com conteúdo renovável e gás natural, a Petrobras e a Vale assinaram, nesta sexta-feira (18), acordo para fornecimento de produtos no âmbito da pauta de descarbonização, que inclui o uso do Diesel R em veículos do

setor de mineração.

Essa é a primeira venda de diesel coprocessado com conteúdo renovável, pelo coprocessamento de derivados de petróleo com matérias-primas vegetais. Com a proporção de 14% de biodiesel, como mistura obrigatória, há como resultante que o diesel B R5 possui 18,3% de conteúdo sustentável.

Mais verdes

Em comunicado ao mercado, a presidente da Petrobras, Magda Chambrind assinala que o acordo entre a Petrobras e a Vale "consolida o objetivo da Petrobras de aperfeiçoar a capacidade produtiva e a estrutura logística da empresa, para entregar produtos mais verdes".

Menos emissões

O presidente da Vale, Gustavo Pimenta, por sua vez, salienta que a mineradora busca promover "a descarbonização das suas operações e de oferecer soluções para reduzir as emissões de seus clientes, aproveitando o diferencial competitivo do Brasil em combustíveis renováveis".

Menor porte

A serem repassados por meio do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), recursos no montante de R\$ 9,4 bilhões disponibilizados a negócios de menor porte, conforme acordo firmado entre o BNDES e o Sebrae, anunciou o presidente do banco, Aloizio Mercadante, nessa sexta-feira (18).

Três eixos

A iniciativa BNDES/Sebrae integra o Programa Acreditada, que facilita o acesso ao crédito à parcela mais vulnerável da população. Lançado pelo governo federal em 22 de abril deste ano, o programa está calcado em três eixos de ação: capacitação, empreendedorismo e emprego.